

ASSESSORIA AOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ÁREA DO PROGRAMA GRANDE CARAJÁS (REGIÃO DE MARABÁ-PA)

Este projeto tem por objetivo dar continuidade efetiva a um trabalho de assessoria aos movimentos sociais que se desenvolvem na porção oriental da Amazônia, particularmente nas regiões de Marabá(PA) e Açailândia(MA), onde a implantação, nesta última década, de um programa multisetorial de grande escala, com vultosos investimentos estatais e privados, nacionais e transnacionais - a Usina Hidrelétrica de Tucuruí e o Grande Carajás - vem afetando a existência digna das populações, indígenas e camponesas, que tradicionalmente habitam a região.

Uma das características do chamado "Programa Grande Carajás" é a fragmentação das informações disponíveis ao alcance das populações atingidas diretamente, bem como da sociedade brasileira de um modo geral. Isto decorre do caráter fechado de seu processo decisório, / que promove os interesses das grandes empresas mineradoras nacionais e estrangeiras e, mais recentemente, das indústrias de ferro-gusa e ferroligas do sudeste de Minas Gerais, ameaçadas pela extinção das florestas locais e pelas tensões em torno da posse da terra. Desse modo, o Programa Grande Carajás vem contemplar a tentativa de incorporação definitiva da Amazônia num sistema global de exploração de recursos naturais não-renováveis.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Da maneira como está se desenvolvendo, o PGC constitui um espaço geopolítico privilegiado para empreendimentos de alta tecnologia, dispensando o uso intensivo de mão-de-obra na fase da produção. O carro-chefe do Programa, na concepção de seus planejadores, é o Projeto Ferro-Carajás, implantado pela Companhia Vale do Rio Doce e destinado a exportar 35 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, a partir de 1.987.



A chamada "província mineral de Carajás", situada no município de Marabá (Sudeste do Pará) é considerada uma "anomalia geológica" dada a alta concentração de minérios ali existente - ferro, alumínio, manganês, cobre, ouro, níquel, cassiterita e outros - jazida cujo potencial é ainda pouco conhecido.¹

A regularização fundiária de uma área de 429 mil hectares vinha sendo pretendida, desde 1.981, pela Cia. Vale do Rio Doce; / ao final de 1.986, a União concedeu à CVRD o "domínio real em caráter precário" de uma área de 411 mil hectares. Essa concessão visa "consolidar a presença da CVRD na região, contendo ofensivas de garimpeiros, que ameaçam a mineração e o meio ambiente" (Cf. O Liberal, 6.1.87). Conforme dados do MIRAD,² as áreas de garimpo na Amazônia constituem-se em "zonas críticas de conflito e tensão envolvendo diferentes grupos sociais com interesses os mais colidentes"; na área de Carajás, especialmente, a concentração fundiária pretendida pelas empresas que ali se instalam acirram, / de modo flagrante, as disputas pela posse da terra e por formas autônomas de produção.

A infraestrutura implantada pelo governo compreendendo a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, as instalações na área da mina, a construção e operação da Estrada de Ferro Carajás (890 Km) e dos portos de Itaquí e Ponta da madeira (São Luís-MA) vai possibilitar a implantação, a baixo custo, dos projetos industriais e agropecuários na "área Programa" - cerca de 900.000 Km². O Conselho Interministerial do PGC, criado pelo decreto-lei nº 1813 de 24.11.80 estabeleceu uma política de incentivos fiscais, que implica em isenção, por dez anos, de impostos de renda, sobre produtos industrializados, importações de equipamentos e circulação de mercadorias, buscando assim fixar nesse espaço atividades subsidiadas.

1

Apenas 20% das jazidas são geologicamente avaliadas, segundo Gabriel Guerreiro, Câmara dos Deputados, 1.981.

2

Garimpo e tensão social, vol.V, Série Conflitos de Terra, Coordenadoria de Conflitos Agrários, MIRAD, Brasília, setembro 1.986 (mimeo)

Até o final de 1.986 foram aprovados pela Secretaria Executiva do PGC 47 projetos em dez polos industriais: São Luís, Rosário, Santa Inês, Açailândia e Imperatriz, no Maranhão; Barcarena, Marabá, Parauapebas e Carajás, no Pará e Araguaína em Goiás. Entre estes, destacam-se os "macro-projetos", considerados já implantados: Albrás (Alunorte), localizado no município de Barcarena (PA), Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Eletronorte), Projeto Ferro-Carajás (CVRD) e Alumar (ALCOA), em São Luís.

A seleção dos distritos industriais é justificada em termos da "disponibilidade de recursos materiais e infraestrutura, da ocupação econômica e do aspecto fundiário", conforme o "Plano de Desenvolvimento Rural Integrado dos Polos de Marabá e Santa Inês", elaborado recentemente ⁽¹⁹⁸⁶⁾ pela Secretaria Executiva do PGC. Tratam-se, claramente, de variáveis aleatórias, cuja articulação requer uma análise aprofundada, prescindida na concepção do PGC.

Os planos incluem a implantação de projetos de usinas de ferro-gusa e ferro-ligas, fábricas de cimento, de beneficiamento e industrialização de várias espécies vegetais, instalação ^{de} destilarias de etanol carburante e de empreendimentos agropecuários voltados para a exportação. O complexo de atividades industriais, acompanhado de parques estudos e análises de tendências de consumo e importação, de preço e comércio internacional relega, no entanto, a um plano bastante inferior, a pequena produção agrícola, que até então tem carreado as maiores divisas para a região.

Doze projetos serão implantados no Estado do Pará, sendo dois de ferro-gusa e seis de ferro-ligas em Marabá e Parauapebas, com investimentos fixos superiores a 30 milhões de dólares e com prazos de implantação em torno de 18 meses, prevendo uma criação de empregos diretos não superior a 1.000.³

Além de Marabá, os polos guseiros previstos compreendem também o município de Açailândia (MA), com outros cinco projetos; os municípios circunvizinhos serão gravemente afetados, uma vez que serão transformados em áreas fornecedoras de carvão vegetal, matéria-prima para as indústrias.

Esse elenco de projetos deverá provocar um desmatamento regular em proporções mais elevadas do que as atualmente atribuídas aos projetos agropecuários e madeireiros que assolam o Sul do Pará. Com base numa estimativa de um hectare de floresta desmatada para cada 36 toneladas de ferro-gusa, estima-se a 13.000 ha/ano o desmatamento necessário para atender a meta, já aprovada pela Secretaria Executiva do PGC, de 472 ton/ano, no polo industrial de Marabá. As previsões elevam-se a cerca de 100.000 ha/ano. Fala-se em reflorestamento por espécies homogêneas sem, no entanto, levar em consideração a experiência negativa do Projeto Jari, no baixo Amazonas.

O detalhamento de todos os projetos parece ter omitido, deliberadamente, a avaliação dos impactos sobre as populações locais, sua estrutura social e produtiva e sobre o meio ambiente, embora essa preocupação tenha, recentemente, surgido no plano retórico do governo. Através da Secretaria Executiva do PGC e da Cia. Vale do Rio Doce - dois grandes poderes de Estado - o "Carajazão", como é conhecido na região, vem sendo implantado sem, ao que tudo indica, maior entrosamento e integração entre ambos.

Dessa forma, o processo decisório acerca do PGC transcorre sem qualquer consulta às populações locais em geral, indígenas e camponesas. As expropriações de pequenos proprietários e posseiros tendem a se acentuar, com violência, para dar lugar aos empreendimentos do PGC, tal como ocorreu no bairro "Anjo da Guarda" em São Luís, nos povoados de Alto Alegre (Santa Inês) e Cidelândia (Imperatriz) no Maranhão. Os moradores foram expulsos sem quaisquer condições de acesso aos procedimentos burocráticos e políticos das indenizações, ficando à mercê do despotismo administrativo das empresas estatais. A população de Fequiá, nas proximidades de Açailândia (MA) teme as "fábricas de poluição", como chamam, e vem se preparando para enfrentá-las, resistindo às "conversas de indenização" das empresas.

Uma concepção de "progresso" e de modernização, de inovações tecnológicas e de adoção de técnicas industriais em larga escala tem permeado o conjunto de atividades produtivas projetadas para a área do PGC. A amplitude das transformações anunciadas e que começam a ter os primeiros elementos de realidade compreende o deslocamento do centro das/

atividades econômicas regionais, baseado na coleta, na agricultura e no garimpo para a indústria. O principal fator gerador de divisas para a região, tradicionalmente apoiado numa articulação entre agricultura e extrativismo passaria ao complexo industrial por uma célere intervenção governamental.

Parte da população local desenraizada vem sendo assentada pelo GETAT - Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins - nos projetos de colonização do Carajás, em condições precárias que levaram a um índice elevado de desistência (70%, segundo algumas estimativas). Vão formar uma mão-de-obra disponível e barata para os projetos industriais.

No entanto, nas fissuras existentes nesse processo de transformação desenvolvem-se com mais vigor os movimentos sociais; / ainda que desprovidos de informações mais detalhadas, fazem frente ao ritmo acelerado de "desenvolvimento" imposto à região. Do ponto de vista dos planejadores oficiais, a racionalidade econômica predominante omitiu a importância e o significado da presença nessa área de um número superior a 500 mil posseiros (cf. MIRAD, Conflitos de Terra, vol.I, CCA, fevereiro de 1.986), voltados fundamentalmente para as atividades de cultivo de arroz, milho e mandioca, com apoio exclusivo no trabalho familiar. Essa camada camponesa, que foi se consolidando nos próprios meandros das frentes de expansão, a despeito de sua proeminência na vida regional, só aparece nos planos oficiais como uma referência, assim mesmo no capítulo alusivo à consecução das atividades industriais previstas.

Esse menosprezo, pelas agências governamentais, da importância da pequena produção agrícola na economia regional revela a inexistência ou a insuficiência de estudos relativos à articulação entre essa produção apoiada no trabalho familiar e aquela oficialmente prevista e já em implantação. Evidenciam essa omissão os altos índices de violência constatados nos conflitos envolvendo a posse da terra que têm o corrido e se intensificado na região do PGC, conforme dados do MIRAD⁴. Os acirrados choques de interesses espelham os efeitos deletérios da aplicação de planos grandiosos, que contraditam as regras que histórica e estruturalmente têm prevalência nos sistemas de relações sociais vigentes.

⁴ Série Conflitos de Terra, vol.I, fev. 1986; Garimpo e tensão social, vol.V e Trabalho escravo, vol. IV, dezembro de 1.986. CCA/MIRAD.

Não se delineando claramente o tipo de articulação entre a organização dos pequenos produtores e a implantação dos novos empreendimentos, acumulam-se as dúvidas quanto às repercussões sobre a estrutura agrária, sobre o meio ambiente e sobre uma rede urbana representada por uma constelação de pequenos aglomerados, resultantes do processo de ocupação das regiões de mata, de castanhais e babaçuais, pelos camponeses.

De acordo com a ótica do planejamento oficial, os pequenos produtores rurais da região são considerados como "possíveis / principais interessados" na produção de carvão vegetal necessário às usinas siderúrgicas a serem implantadas, principalmente nas regiões de Marabá e Açailândia. Baseados nesse raciocínio, acentuam que a mão-de-obra / "não-especializada" a ser utilizada por esses projetos industriais superará 20 mil empregos indiretos.⁵

Não é explicitada de que forma vai se dar a articulação da pequena produção camponesa com as necessidades desses projetos; há uma ilusão de que as técnicas tradicionais de obtenção de carvão vegetal pelos camponeses, através do aproveitamento dos restos dos roçados, possa ser convertida em produção de carvão em grande escala e de maneira sistemática. Supõe-se que os camponeses vão transformar sua atividade principal em acessória e suas atividades complementares - ou pelo menos uma delas, a carvoeira - em fundamental. Esse pode ser um pressuposto tecnológico com sérias consequências para a dinâmica da reprodução social na região.

METAS

Conforme mencionado, é acentuada a fragmentação das informações disponíveis acerca do PGC, dado o caráter centralizador do Conselho Interministerial e do processo decisório. A importância de romper, sobretudo a nível local, o monopólio das informações que os setores governamentais detêm e manipulam, implica em fortalecer as formas de organização social e produtiva das populações diretamente afetadas, indígenas e camponesas, possibilitando um efetivo redimensionamento desses projetos.

5

Cf. "Plano de Desenvolvimento Rural Integrado dos Polos de Marabá e Santa Inês", Secretaria Executiva do PGC, junho de 1.986.

Assentados num modelo voltado para a exploração predatória de recursos naturais não-renováveis, modelo que tende a se reproduzir para a Amazônia como um todo, esses projetos vêm desorganizando a estrutura social existente, afetando uma população calculada em cerca de 8,5 milhões de habitantes em toda a área do Grande Carajás. Diretamente, mais da metade dessa população está sendo atingida.

É urgente instrumentar os movimentos sociais que se desenvolvem nas regiões mais críticas de tensão social - particularmente Marabá (PA) e Açailândia (MA) - com informações precisas e detalhadas a cerca dos planos e das políticas governamentais.

OBJETIVOS IMEDIATOS E METODOLOGIA

O objetivo central do trabalho que propomos consiste em desenvolver mecanismos que permitam o intercâmbio sistemático das informações a cerca do PGC, fornecendo subsídios concretos para discussões mais aprofundadas junto às populações diretamente envolvidas, ou seja, em âmbito local. Em Marabá, o CEPASP - Centro de Educação, Pesquisa, Assessoria Sindical e Popular - dispõe atualmente de infraestrutura instalada (sede e telefone) que permite a organização das atividades aqui propostas.

Contratados por prestação de serviços e contando / com a colaboração de um antropólogo, caberá ao agrônomo e aos educadores - membros do CEPASP, com larga experiência junto aos movimentos populares / na região de Marabá - estabelecer a rede de contatos com pessoas e instituições, acadêmicas e de apoio aos movimentos populares envolvidas na área do PGC (Universidade Federal do Pará, Comissão Pastoral da Terra, Movimentos de Educação de Base) e coordenar a elaboração do material para as discussões a serem realizadas a cada dois meses ou ainda dentro de períodos mais curtos, sobretudo nas localidades afetadas.

Os deslocamentos à Brasília e na área no PGC têm por objetivo estabelecer essa rede de contatos junto a setores governamentais e não-governamentais, a fim de obter e fazer circular as informações necessárias à instrumentação dos movimentos sociais. O trabalho será iniciado de imediato na região de Marabá e Parauapebas (PA), onde se encontra a instalação de distritos industriais e, em seguida, estendido à região de Açailândia e Imperatriz, no Maranhão.

A sistematização no intercâmbio das informações de

verá se desenvolver principalmente através das entidades locais e regionais, representativas dos trabalhadores rurais e dos moradores urbanos, com a colaboração das Sociedades Paraense e Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos e do Comitê de Defesa da Ilha, de São Luís (MA). Em Belém e São Luís terão lugar debates mais ampliados, com o objetivo de tornar efetiva a sua divulgação através dos meios de comunicação.

A nível nacional, a rede de contatos deverá se estender às distintas entidades que apoiam e assessoram os movimentos populares (UFFA, Federação de Assistência Social e Educacional (FASE), Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica (IBASE), Instituto Nacional de Estudos Sócio-Econômicos (INESC), Centro Ecumênico de Documentação e Informações (CEDI), Centro de Trabalho Indigenista (CTI-SP) e outros), cuja contribuição com estudos, análises, documentação e organização das informações disponíveis será valiosa para a realização dos debates acerca do PGC.

Um dos objetivos deste trabalho consiste em levar a discussão ao âmbito do Congresso Nacional, possibilitando rever mecanismos decisórios do PGC, fortemente concentrados no poder executivo, através do Conselho Interministerial, atualmente composto por representantes de onze ministérios e dos governos estaduais (Pará, Maranhão e Goiás), presidido pelo Ministro do Planejamento.

Uma articulação ainda mais ampla poderá ser levada a efeito junto a entidades não-governamentais em âmbito internacional, com o objetivo de sensibilizar os bancos multilaterais investidores no Terceiro Mundo para os efeitos dos mega-projetos que avalizam e financiam.

Esta proposta de trabalho tem um prazo de execução mínimo de dois anos, podendo, eventualmente, sofrer alterações no decorrer desse período, determinadas por situações conjunturais. O orçamento apresentado refere-se ao exercício de 1.987, ao final do qual será feita uma avaliação prévia à apresentação do orçamento seguinte.

ORÇAMENTO

Abril 1987 a Março 1988

1. Recursos humanos

Agrônomo (tempo integral) 10 SM/mês X 13	177.840
Educadores - 2 (tempo integral) 10 SM/mês X 13	355.680
Antropólogo (consultoria) 5 SM/mês X 13	88.920
Encargos sociais (25%)	155.610

Sub-total: Cz\$ 778.050

2. Transporte (e diárias)

Viagens à Brasília e na área do PGC (Marabá, Belém, Imperatriz, Açailândia e São Luís), em avião, ônibus e trem, incluindo despesas (hospedagem e alimentação) para a realização de debates locais..... 150.000

3. Equipamento

gravador cassete National	3.000
projektor de slides KODAK (tipo carroussel).....	20.000
máquina fotográfica YASHICA MS-3	5.000
arquivo de aço com quatro gavetas	4.000

Sub-total: Cz\$ 32.000

4. Material de consumo

pastas, fitas cassete, filmes, mapas, papel, etc. (Cz\$ 5.000/mês)..... 60.000

5. Serviços de apoio

xeróx, telefone, correio, revelação filmes, impressões cartilhas, boletins, etc. (Cz\$ 7.500/mês) 90.000

Sub-total geral: Cz\$ 1.110.050

Eventuais (10%) 111.005

TOTAL: Cz\$ 1.221.055

US\$ 59,217

Salário mínimo março 1987: Cz\$ 1.368,00

US\$ a 12.3.87: Cz\$ 20,62

março/1987

ANEXO

RIO TOCANTINS

P/ALTAMIRA

TRANSAMAZONICA

TRANS

ITACAIUNAS

ITACAIUNAS

ITACAIUNAS

P5

P6

P1

P4

ITACAIUNAS

FERROVIA

DISTRITO INDUSTRIAL

LADO PRVO DU

TABOQUINHA II

TITULO DEFINITIVO

ALZINA

MOUSSALEM OUTRAN

SORORO

P3

KELITO IND. E COMERCIO I/A

BELA AURORA OU

3.000 66 PRACES

GLEBA SORORO

GLEBA

